



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

A Importância dos Psicólogos nos Estabelecimentos Prisionais

Contributo da OPP

Categoria

Comentários Técnicos e Contributos OPP

Autoria

Gabinete de Estudos OPP

Documento

Março 2018
Lisboa

Contributo OPP

A Importância dos Psicólogos nos Estabelecimentos Prisionais

Em Portugal existem **49 estabelecimentos prisionais** (com uma taxa de ocupação efectiva de 110%) e mais de **14 mil reclusos**. O período médio de encarceramento ronda os 30 meses (mais do triplo da média europeia, que é de 9,5 meses).

No entanto, **existem apenas cerca de 30 Psicólogos** nos estabelecimentos prisionais portugueses. A maioria dos Psicólogos trabalha a meio tempo e o número de horas atribuído a cada Psicólogo para exercer funções é bastante escasso (obrigando, frequentemente, a horas extraordinárias não remuneradas). O valor, por hora, pago a cada Psicólogo é cerca de 5€ brutos (enquanto, por exemplo, um médico auferem em média 30€ por hora), com pagamento do vencimento a 45 dias. Há estabelecimentos prisionais com um total de **apenas 4h de acompanhamento psicológico por semana**. Há também **estabelecimentos prisionais sem Psicólogos**.

Desde 2014 que, já por diversas vezes, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), manifestou a sua preocupação com esta situação e alertou as entidades responsáveis, nomeadamente a Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e o Ministério da Justiça. Contudo, a situação mantém-se inalterada.

Apesar desta realidade, **os Psicólogos desempenham um papel crucial nos Estabelecimentos Prisionais**. A intervenção psicológica tem objectivos preventivos, promocionais e remediativos, e a finalidade última de **protecção da sociedade e a defesa dos direitos dos cidadãos**. As suas funções passam pelo acolhimento e apoio psicológico dos reclusos, promoção da mudança de comportamentos e do desenvolvimento vocacional, redução da reincidência dos comportamentos criminais e reintegração dos reclusos na sociedade, realização de avaliações e informações para os Tribunais, assim como pela intervenção em situações de crise e problemas de Saúde Mental.

Tendo em conta que as prisões são, na maior parte das vezes, ambientes de trabalho difíceis e exigentes para todos os níveis de colaboradores, os Psicólogos podem ainda desempenhar um papel importante na **avaliação dos riscos psicossociais das prisões enquanto locais de trabalho**, assim como na **prevenção e intervenção nesses riscos**, nomeadamente no que diz respeito ao **stress e ao burnout**.

De acordo com todas as orientações internacionais (WHO, 2007) e com os próprios objectivos do sistema prisional, para reduzir a elevada taxa de prevalência dos problemas de Saúde Mental nas prisões, para que se implementem programas de reabilitação e para que se previna a reincidência dos comportamentos criminais, **os Estabelecimentos Prisionais têm por obrigação garantir a presença de Psicólogos**.

A presença dos Psicólogos e o apoio psicológico prestado aos reclusos tem de ser constante (e não apenas pontual), a intervenção psicológica neste contexto exige uma **acção e uma relação de**

continuidade entre Psicólogos e população prisional, para que se leve a cabo um trabalho de qualidade e custo-efectivo.

A importância da intervenção psicológica e dos Psicólogos, enquanto agentes responsáveis pela alteração de comportamentos, **não é de todo compatível com uma presença deficitária dos Psicólogos nas Prisões**, sobretudo quando esta é **agravada pela precariedade dos contratos, os horários de trabalho reduzidos e valores salariais incongruentes com o nível de responsabilidade, especialização, necessidade de formação e riscos psicossociais** associados ao seu trabalho. Mais, “forçam” alterações permanentes nas equipas de Recursos Humanos, o que prejudica o sistema e não garante a continuidade das intervenções.

Esta realidade não só coloca em causa a dignidade dos Psicólogos, o cumprimento das normas ético-deontológicas da sua profissão e a eficácia da sua intervenção, como também aumenta o risco de existência de problemas de Saúde Mental, nomeadamente do suicídio (a taxa de mortalidade por suicídio nas prisões portuguesas é de aproximadamente 16 suicídios por 10 mil detidos, sendo que a média europeia é menos de metade, de acordo com as Estatísticas Penais Anuais do Conselho da Europa) e da automutilação, entre a população prisional e impede a realização e o sucesso de programas de reabilitação e reintegração social – o que, por sua vez, **coloca em causa o direito à saúde dos reclusos, a segurança dos guardas prisionais e a da sociedade em geral** (um em cada dois reclusos reintegrados na sociedade reincide e regressa à prisão).

Sem Psicólogos e sem Psicólogos suficientes aumenta o risco de violência nas prisões, fica comprometida a efectiva implementação de programas relacionados com a toxicod dependência e as adições e **não há prevenção criminal ou reinserção social**, uma vez que estes decorrem em grande medida da mudança comportamental proporcionada pela intervenção específica dos Psicólogos. Sem Psicólogos e sem Psicólogos suficientes é impossível melhorar a taxa de reincidência (que de acordo com alguns estudos se situa nos 50%), o que coloca em causa a segurança dos cidadãos.

Por estes motivos, e em última instância, **está em causa o fracasso dos propósitos sociais e humanos do sistema prisional e a sustentabilidade económica do sistema de justiça** (os reclusos custam cerca de 600 mil euros por dia aos portugueses, 40 euros por recluso).

Neste sentido, a **OPP defende como sendo imperativo assegurar a contratação de Psicólogos para os estabelecimentos prisionais, assim como estabilidade contratual e salarial dos Psicólogos que trabalham no sistema prisional, de modo a proporcionar uma intervenção psicológica de continuidade, qualidade e eficácia que permita zelar pela Saúde Psicológica e desenvolver uma cultura de civismo e cidadania, de reeducação e reabilitação**, por oposição a uma cultura de violência e socialização negativa, com custos humanos e económicos incomportáveis para a sociedade portuguesa.

Para além disso, a OPP advoga ainda que sejam disponibilizados **recursos**, nomeadamente instrumentos de avaliação psicológica, que permitam aos Psicólogos identificar necessidades e realizar intervenções que as visem suprir; que sejam criadas oportunidades para a **formação e**

supervisão de Psicólogos; e que, em termos gerais, se invista em **políticas, planos e práticas de prevenção e promoção da Saúde Psicológica** em contexto prisional.

Referências Bibliográficas

WHO (2007). Health in Prisons: A WHO guide to the essentials in prison health. Copenhagen, Denmark: WHO Regional Office for Europe.



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

RECURSOS.ORDEMDOSPSICOLOGOS.PT
WWW.ORDEMDOSPSICOLOGOS.PT

Para mais esclarecimentos contacte o Gabinete de Estudos:
andresa.oliveira@ordemdospsicologos.pt

Sugestão de Citação:
Ordem dos Psicólogos Portugueses (2018). A Importância dos Psicólogos nos
Estabelecimentos Prisionais. Lisboa